



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	32
Rubrica	

Processo n.º 26301/2023

PARECER GPG N.º 06/PGM/2024.

RECURSO

Data: 08/01/2024.

I. Relatório

Trata-se de recurso interposto por ERNST & YOUNG EMPRESARIAL LTDA em relação ao Pregão Eletrônico nº 42/2023.

Em suma, fora interposto recurso em razão de inabilitação na qualificação técnica da licitante, afirmando-se ter havido formalismo exacerbado no curso licitatório. Ademais, reitera ter experiência comprovada em diversos países, tendo apresentado variados atestados em projetos de alta complexidade, realizados em diversos locais e organizações, em diferentes períodos e com equipes multidisciplinares, além de ter apresentado atestados com horas além das exigidas pelo edital, razão pelo qual não poderia ser inabilitada.

Por conseguinte, a Recorrente opõe-se à manifestação da equipe técnica da Secretaria Requisitante, ao tê-la inabilitado pela exigência de conhecimento específico da Plataforma Channel. Afirma que as empresas devem possuir metodologias de gerenciamento de projetos que podem ser aplicadas em qualquer plataforma, ferramenta ou setor, independente de um conhecimento específico em tal plataforma, além de relatar que tal plataforma sequer está entre as 10 plataformas mais utilizadas por empresas, organizações sem fins lucrativos e Poder Público.

É o Relatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	33
Rubrica	

II - DO MÉRITO

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer acerca do entendimento da doutrina e jurisprudência pátria sobre o tema do formalismo moderado no âmbito de análise em licitações, o qual prescreve que “a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados” (Acórdão 357/2015 – Plenário – Rel. Bruno Dantas).

Dessa forma, as diligências promovidas no âmbito da Administração Pública devem estar pautadas em práticas consonantes com os preceitos de impessoalidade e eficiência (art. 37, *caput*, CF) e, ainda, com a observância à isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da lei 8.666/93). Com isso, erros formais ou vícios sanáveis admitem a devida diligência por parte dos agentes públicos, com vistas à sua regularização (Acórdão 1217/2023 – Plenário – Rel. Benjamin Zymler), ao passo que se constituem por inadmitidas documentações ou propostas em absoluto desacordo com o Edital (Acórdão 460/2013 – Segunda Câmara – Rel. Ana Arraes).

No caso em apreço, discutem-se as exigências a título de qualificação técnica e o seu devido atendimento ou não por parte da licitante recorrente. Sobre o tema, deve ser reiterado que esta especializada não possui *expertise* para a presente análise, sobretudo em relação à especificação de plataformas, de modo que as manifestações de cunho técnico devem ser apresentadas pela equipe com a respectiva especialização para tal desiderato, apresentando-se justificativas objetivas e isentas, consubstanciada por elementos a corroborar a lisura das decisões no âmbito do processo administrativo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	34
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

A esse respeito, verifica-se que o Recurso se opõe aos argumentos e análises documentais elucidados no Despacho nº 591/2023 – SEPOF), razão pelo qual torna-se por primordial que o feito seja submetido à Secretaria Requisitante, a fim de que aprecie as razões recursais e pondere se é o caso de reconsiderar as suas decisões ou mais bem reitere tecnicamente o seu posicionamento diante do caso concreto.

De nossa parte, importa-nos reiterar a importância de que todas as exigências na qualificação técnica sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, CF) e possuam o devido respaldo legal, nos termos do artigo 30 da lei 8.666/93, que transcrevemos abaixo para efeitos didáticos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso”.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	35
Rubrica	

Como se não bastasse, o tema possui o devido amparo pelos precedentes do Tribunal de Contas da União:

(...) Consoante o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, as exigências de qualificação técnica devem se limitar àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. O art. 3º da Lei 8.666/1993, por sua vez, é ainda mais explícito ao vedar aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo” (Acórdão 2291/2021 – Plenário – Rel. Bruno Dantas)

“1. (...) No instrumento convocatório, só podem ser formuladas exigências de qualificação técnica que encontrem respaldo em lei (art. 27, caput, c/c art. 30, caput, ambos da Lei n.º 8.666/93), e desde que se revelem, no caso concreto, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente público contratante (art. 37, XXI, in fine, da Constituição Federal de 1988).

2. O art. 30 da Lei n.º 8.666/93 enumera os documentos que podem ser exigidos para fim de comprovação da qualificação técnica das licitantes, entre os quais não se incluem certificados de qualidade.

(...)

8. (...) Em se tratando de requisitos de habilitação, são basicamente dois os princípios a serem observados quando da sua fixação no instrumento convocatório: legalidade e proporcionalidade. Significa dizer que só se pode exigir aquilo que a lei autoriza ou determina que seja exigido (art. 27, caput, c/c art. 30, caput, ambos da Lei n.º 8.666/93) e, ademais, as exigências deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente público contratante (Tribunal de Contas da União - TC 033.876/2010-0 – Relator José Jorge)”.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	36
Rubrica	

A esse respeito, verifica-se também a uníssona jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. 6. **A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio**. 7. A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível**. 8. Ação direta julgada procedente para declarar inconstitucionais os artigos 16 e 19, e seu parágrafo, da Lei n. 260/90 do Estado de Rondônia (ADI 2.716, Pleno – Rel. Min. Eros Grau)

Por essa razão, além do balizamento da análise documental em si, deve a Secretaria Requisitante certificar se as exigências minudenciadas na qualificação técnica não indicam possível cerceamento do certame, de modo a restringir o caráter competitivo do procedimento (art. 3º, §1º inciso I, da lei 8.666/93), sobretudo diante das alegações que a Plataforma indicada na qualificação técnica (“Plataforma Channel”) não se evidenciaria como nuclear ao cumprimento da relação jurídica em análise.

Outrossim, **TODOS os requisitos de qualificação técnica devem ser considerados na análise do órgão consulente, de modo a ser ratificado que estão em observância aos aspectos acima relatados.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	37
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

No que tange a tal matéria, a título de auxílio aos órgãos consulentes, reportamo-nos a todo exposto no Parecer GPG 948/PGM/2023 (fls. 595 a 627 do processo administrativo nº 15956/2023), ao analisar o instrumento convocatório, abaixo transcrito:

“(…)

6. No tocante a Qualificação Técnica, vale ressaltar que as exigências em qualificação técnica decorrentes de Lei são obrigatórias no procedimento licitatório e deixar de exigir enseja ilegalidade e responsabilização do gestor. Sugerimos a leitura pela secretaria do artigo 30 da Lei 8.666/93. **Somente deve constar o indispensável a atestar a capacidade da empresa em fornecer os produtos ou serviços que se pretende contratar. Caso contrário, estará o gestor limitando o caráter competitivo da licitação.**

(…)

10. Ainda sobre a qualificação técnica, deve a Secretaria justificar os critérios utilizados para definição dos itens indicados como parcela de maior relevância, observando:

SÚMULA Nº 263/2011

‘Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que **limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.’



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	38
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

11. Nos atestados deverão ser comprovadas as parcelas indicadas como de Maior Relevância, observando-se:

‘Frisou, ainda, que a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que as exigências de atestados de capacidade técnico-operacional devem se limitar “aos **mínimos que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento**”, não se admitindo exigências excessivas, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a cinquenta por cento dos quantitativos a executar.’(Acórdão n.º 1432/2010-Plenário, TC-018.944/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 23.06.2010;conforme Informativo n.º22 do TCU sobre Licitações e Contratos). (grifos nossos)”.

Logo, deve a equipe técnica arrazoar a sua decisão, de modo objetivo, reanalisando as documentações apresentadas pela Recorrente.

Deve ainda formalizar nos autos documentações técnicas que corroborem a legalidade dos atos administrativos, de modo a demonstrar os elementos constantes no estudo preliminar procedido pela Secretaria requisitante, a concluir que todas as exigências abordadas na qualificação técnicas são imprescindíveis ao cumprimento das obrigações legais e possuem respaldo legal. Nesse sentido, é crucial à legalidade do feito que sejam motivadas as razões lastreadas de impessoalidade e respaldadas no ordenamento jurídico que tornariam por obrigatórias as exigências como qualificação técnica, e sua impossibilidade de constar como obrigações da contratada, situação esta que permitiria, ao menos em tese, a ampla participação dos licitantes e o atendimento dos propósitos práticos pretendidos pela Secretaria Requisitante no curso da execução contratual.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	39
Rubrica	

III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise recursal, cabendo à Autoridade Competente, no caso o Ordenador de Despesas, proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.

À Secretaria de Planejamento, Orçamento e Fazenda,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Ramires Beltrão do Vale

Subprocurador Geral do Município